

FMI, o Papão!...

17-Nov-2010

OpiniÃ£o

Texto de Maria da Graça M. Pinto

Contrariando as previsões de muitos analistas económicos e do próprio Ministro das Finanças, que anunciavam que os juros da dívida pública iriam baixar com a aprovação do Orçamento do Estado para 2011, a taxa de juro ultrapassou já os 7%, fasquia apontada por Teixeira dos Santos para o Governo equacionar a necessidade da intervenção do FMI em Portugal.

O nervosismo dos mercados, razão avançada por muitos analistas para justificar este crescendo dos juros da dívida pública, mais não é do que uma tentativa de tapar o sol com a peneira. A grande questão de fundo é que quanto mais fraca estiver a economia portuguesa mais vulnerável estará à especulação financeira.

Os argumentos de que se prendem com a ordem financeira global soam à distância. A necessidade de acalmar o nervosismo dos mercados e a de obviar que o FMI aterrasse na Portela foram, ontem, como hoje, as razões invocadas para justificar um acordo entre o PS e o PSD, que se traduziu em novos sacrifícios, para a maioria dos portugueses, em nome do interesse nacional.

O FMI não vem aí, já cá está, e os portugueses conhecem-no bem através dos Programas de Estabilidade e Crescimento 1, 2, e 3, que impuseram medidas como o corte nos salários.

Entretanto, os mercados financeiros não deram sinais de acalmia face às desastrosas medidas adoptadas. Não melhorou a saúde financeira do Estado e as condições de vida dos portugueses vão de mal a pior.

E, ao mesmo tempo que se degradam as condições de vida da maioria dos portugueses e se antevê uma recessão económica, há quem lucre com o agravamento da dívida pública, como o caso da banca portuguesa. A mesma banca que em tempo de crise beneficiou de chorudos apoios, como foi o caso do BPN, que, depois de ter entrado em bancarrota em consequência do desgoverno e fraudes dos seus responsáveis, beneficiou da bondosa injeção de 5 mil milhões de euros por parte do governo. A mesma banca nacional e europeia que pede empréstimos ao Banco Central Europeu, a um por cento e, depois, a boleia da crise, de acordo com as regras instituídas pela zona euro, pode pedir ao BCE um financiamento que o Estado Português não pode ter, mas os bancos também não, e compram títulos a taxas muito superiores, especulando contra o seu próprio país.

A bem da equidade e da justiça, há que pôr cobro a esta regra da zona euro que impede que os Estados em dificuldade acedam a empréstimos do Banco Central Europeu, permitindo que as economias mais vulneráveis estejam sempre à mercê da especulação por parte dos mercados financeiros.